



DIREITO DA REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA

**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA**

**PROGRAMA DE
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ementa do Curso

Conceitos de Regulação; antecedentes: formação do Estado Regulador; Teorias da Regulação e Motivações para a Regulação; Estratégias de Regulação: comando e controle e regulação por incentivos; Agências Reguladoras – aspectos institucionais, dilema da delegação e seus aspectos constitucionais e legais; Avaliações sobre as Agências Reguladoras Brasileiras (Banco Mundial, OCDE e TCU); Regulação por Contrato: desenho de leilões, teorias de contratos e alocação de riscos; Controle dos atos regulatórios; Regulação e Concorrência: defesa da concorrência e política antitruste; Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; Casos setoriais de regulação. Tendências recentes da regulação.

Objetivos do Curso

Carga Horária: 30h

Promover uma compreensão sobre os principais antecedentes históricos e teóricos da regulação, suas motivações e estratégias, relacionando-a com os aspectos constitucionais, legais e administrativos da regulação no Brasil.

Créditos: 02

Categoria: Optativa

Módulo I

Leituras Obrigatórias

Aragão, A. S. *Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2013 (Capítulo 1: A Regulação Estatal na Economia; Capítulo 8: As agências reguladoras no direito positivo brasileiro).

CORREA, P.; MUELLER, B.; MELO, M. A. *Regulatory Governance in Infrastructure Industries – Assessment and Measurement of Brazilian Regulators*. Washington D.C.: The World Bank Institution, 2006.

MATTOS, P. T. L. A formação do estado regulador. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 76, p. 139-156, 2006.

Leituras Complementares

BINENBOJM, G. *Poder de Polícia, Ordenação e Regulação*. Fórum: Belo Horizonte, 2016 (Capítulo 4: Aspectos econômicos da transformação: A recepção da lógica da regulação econômica pelo poder de polícia).

LEVY-FOUR, D.; JORDANA, J. Toward a Latin American Regulatory State? The Diffusion of Autonomous Regulatory Agencies Across Countries and Sectors. *International Journal of Public Administration*, volume 29, issue 4-6, p. 335-366, 2006.

MAJONE, G. As transformações do Estado regulador. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 262, p. 11-43, 2013.

Módulo II

Leituras Obrigatórias

CUNHA, B. Q. Antagonismo, modernismo e inércia: a política regulatória brasileira em três atos. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. spe, p. 473-485, 2016.

FLYVBJERG, Bent. What You Should Know About Megaprojects and Why: An Overview. Project Management Journal, v. 45, n. 2, p. 6-19, 2014.

THAMER, R.; LAZZARINI, S. G. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 819-846, 2015.

Leituras Complementares

CARDOSO, A. B. C.; AQUINO, A. C. B.; ANUATTI NETO, F.; CARDOSO, R. L. Dinâmica dos ajustes contratuais em concessão de rodovias no estado de São Paulo. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1295-315, 2012.

GUASCH, J. Luís. Granting and renegotiating infrastructure concessions: doing it right. Washington D.C.: The World Bank Institution, 2004.

PINTO, M. B. Repartição de riscos nas parcerias público-privadas. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v.13, n. 25, p. 155-181, 2006.

Leituras Obrigatórias

FORGIONI, P. A. Os Fundamentos do Antitruste. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 94-161.

MATIAS-PEREIRA, José. Políticas de Defesa da Concorrência e de Regulação Econômica: as Deficiências do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Revista de Administração Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 51-73, 2006.

PINHEIRO, A. C.; SADDI, J. Direito, Economia e Mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005 (Capítulo 7: A Regulação Setorial na Infraestrutura).

Leituras Complementares

CORREIA, M. B. C. A Regulação no setor de saneamento: comparação entre França, Inglaterra e Brasil. Revista do Serviço Público, v. 59, n. 3, p. 353-373, 2008.

FARRANHA, A. C.; FREZZA, C. S.; BARBOSA, F. O. Nova Lei dos Portos: Desafios Jurídicos e Perspectivas de Investimentos. Revista Direito GV, v. 11, n. 1, p. 89-116, 2015.
